

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O LIVRO E A LEITURA

VOLUME 20, 1999

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÕES CRÍTICAS

Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, voi. 5, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. João José Alves Dias, Lisboa, Presença, 1998, 910 pp..

A obra em apreço insere-se num cuidado projecto de reescrita e de revisão da História de Portugal, lançado e dirigido por dois conhecidos historiadores. Com manifestos atrasos de calendário na publicação dos números que compõem a colecção, ela não deixa de responder, com adequados meios e instrumentos, às indisfarçáveis preocupações da actual fase compendiária que a historiografia portuguesa atravessa: de produção de "novas memórias e de reenunciação do passado à luz de diferentes esquemas conceptuais e de novas evidências documentais. E, como muito se avançou desde a publicação do ainda hoje imprescindível, apesar de desactualizado, *Dicionário de História de Portugal* (1965-1971), dirigido por Joel Serrão, e do aparecimento, também ainda antes da revolução democrática de "25 de Abril", da didáctica e concisa *História de Portugal* (1972-1973) de Oliveira Marques, sucessivamente reeditada no país e no estrangeiro, não se afigura estranho que, no rescaldo do movimento de renovação que ajudaram a forjar, Joel Serrão e Oliveira Marques não abdicuem, nesta fase de alargamento de campo historiográfico, da tarefa de redistribuição e organização crítica de velhos e novos saberes.

E se esta achega, que vem a propósito, reforça a necessidade de explicitação da voga globalizante que atinge a historiografia portuguesa, por agora, o que verdadeiramente prende a nossa atenção é o V volume da *Nova História de Portugal*, dedicado ao tratamento dos inícios da Época Moderna. Trabalho de um colectivo de especialistas (quinze autores), coordenado por João José Alves Dias, e estruturado de forma metódica e actualizada, este volume abrange um período caracterizado por profundas mutações, mas ainda muito

permeável às marcas da herança medieval. Os limites cronológicos propostos cobrem o último quartel do século XV e a longa centúria de Quinhentos, cujo termo é antecipado para 1580, numa tentativa de interpretação que contraria a tendência, justificada pelos trabalhos de Fernand Braudel, de situar a crise estrutural do mundo mediterrâneo e a viragem que ela provocou por volta dos anos vinte do século XVII. O balanceamento temporal seguido é, contudo, claramente justificado na introdução, como de resto toda a estrutura da obra.

Como se depreende do seu subtítulo, este estudo assenta num termo *ad quo* cómodo e convencional, o Renascimento, previamente apresentado como uma espécie de contraforte desta "Época de Ouro portuguesa" (p. 8). Construído e erguido a partir de um contraforte bem colocado, mas insuficientemente explorado - é manifesta a ligeireza de tratamento do Renascimento em Portugal - todo o edifício acusa um peso desmedido, ou seja, fica à mercê de uma mole imensa de informação organizada de forma desarmoniosa e nem sempre muito convincente.

Sem contrariar a ideia de que as balizas cronológicas, só por si, são insusceptíveis de fornecer a chave da justa medida da releitura que nos é proposta, estranhamos, de qualquer modo, a razão aduzida para o termo *ad quem* deste estudo, não tanto pela sua carga polémica mas, sobretudo, pela tentação anacronista que a sua parcial justificação comporta, tentação que sobressai na seguinte afirmação de abertura: "ao contrário do que alguns historiadores têm escrito, 1580 foi mesmo um *terminus*, uma viragem na história de Portugal. As suas consequências poder-se-ão um dia comparar às registadas com a entrada do País na Comunidade Europeia" (p. 8). Em face de tal juízo seria fácil ou até talvez irónico retorquir: a ver vamos! Mas a prudência e a seriedade parecem antes recomendar que não se tracem paralelos brumosos de realidades que se ignoram - o balanço global da adesão de Portugal à Comunidade Europeia está ainda por fazer - e que não se aproximem realidades que configuram situações totalmente estranhas no plano histórico. Enfim, à sombra de um qualquer pretexto, não venha o historiador unir o que a própria História separou.

Conhecendo a filosofia subjacente à periodização da obra que, sublinhamos, se afigura controversa e discutível, passamos a analisar a sua estrutura e ordenação temática. Sem um roteiro sistemático de leitura, ou seja, na ausência de grandes tópicos aglutinadores das

matérias dos treze capítulos, facilmente se depreende, pela primazia dada ao estudo da população, das técnicas, da economia e da sociedade, pouco menos de metade das páginas do livro, que a visão que se pretende fixar desta época é prioritariamente comandada pela análise das estruturas e conjunturas socio-económicas.

Para a apreensão do quadro populacional, o numeramento de 1527-1532, ordenado por D. João III, fornece dados concludentes sobre a recuperação demográfica iniciada, porventura, em meados do século anterior. O díspar mas efectivo acréscimo de gentes registado nas comarcas do reino é meticolosamente contextualizado. A tendência de crescimento, mais sensível e constante no Centro e Norte do país, ao longo do século XVI, aparece depois reflectida nos fluxos migratórios internos e coloniais, no alargamento de quadros das magistraturas locais, na subdivisão das circunscrições administrativas, na reforma dos bispados e condiciona, indirectamente, a expulsão tardia dos judeus e dos mouros. A percepção da estrutura dos agregados familiares e o claro enquadramento das minorias étnicas e das comunidades de estrangeiros sediadas em Portugal complementam o conteúdo do primeiro capítulo. Infelizmente, e por força do deslocamento da problemática nosográfica para outra secção do livro (Vida Quotidiana - Saúde), o leitor fica, num primeiro momento, arredado da cronologia dos contágios que deixaram rasto e, conseqüentemente, impossibilitado de avaliar os seus efeitos no tecido populacional urbano e rural.

É costume apontar-se dois caminhos a seguir quando se pretende examinar a evolução tecnológica de uma determinada época. Um, mais preso à lógica interna de um determinado sistema de inovações, portanto mais descritivo e frio. Outro, inter-relacionai, digamos assim, em que a tecnologia não é concebida como algo exterior à sociedade mas como elo de uma complexa teia de factores: culturais, políticos, económicos, religiosos, etc.. Ora, lendo atentamente o capítulo II, ficamos em dúvida sobre o critério adoptado. Em todo o caso, a apresentação metódica das técnicas e "novidades agro-pecuárias", "artesanais", "militares e navais", "intelectuais" e "urbanísticas", tal como seu o autor as descreve, encerra um manancial riquíssimo de informação e de reflexão. Assinale-se, todavia, que a imprensa é, neste contexto, a grande ausente do capítulo, vindo o seu tratamento a ser efectuado mais adiante. O caso é paradigmático, na medida em que o êxito, um tanto retardado em Portugal, da invenção de Gutemberg só pode ser percebido na intercepção de diferentes

recursos e meios: moinhos de água para a produção da pasta de papel; homens cultos à frente das oficinas de impressão; escolas receptivas à inovação; igrejas apostadas em revolucionar os mecanismos de recepção da mensagem religiosa, etc..

Acompanhando a sequência das matérias expostas, o capítulo III é integralmente dedicado ao estudo da propriedade rural e urbana. Se no primeiro ponto não se detectam novidades, já a respeito das questões colocadas pela posse, arrendamento e cedência do domínio útil dos espaços urbanos detidos por instituições e particulares deparamos com uma análise finíssima que deve servir de ponto de partida a outros voos, porventura, mais altos.

As páginas consagradas à estrutura produtiva, agrícola e artesanal (cap. IV); à circulação e distribuição de bens e mercadorias (cap. V); e às finanças públicas e tendências monetárias (cap. VI) resumem, escorreitamente, os contributos clássicos e recentes conhecidos. Num ou noutro caso, as falhas, seguramente involuntárias, de informação não prejudicam o alcance das conclusões extraídas - entre outras ausências, anotamos um dos últimos trabalhos de Luís Ferrand de Almeida sobre a introdução e a cultura do milho em Portugal, temática coincidente com um dos temas abordados no ponto 2 do IV capítulo.

Uma das mais agradáveis surpresas que este volume nos reserva é exactamente o seu capítulo VII, dedicado à análise da estrutura social. Com clareza e profundidade, assinalam-se os traços convencionais da constituição corporativa e hierárquica da sociedade portuguesa quinhentista, dando-se especial relevo à ideologia e à esfera funcional das ordens dominantes: clero e nobreza. O intrincado novelo das categorias nobiliárquicas é desatado de modo convincente; as linhas de fronteira entre a burguesia mercantil e a fidalguia de protecção real são traçadas, tendo em conta a promiscuidade de funções guerreiras, comerciais e financeiras geradas pela expansão; e, finalmente, os processos de mobilidade social ascendente e descendente, com toda a sua complexidade, são convocados para melhor esclarecer a perspectiva dinâmica conferida ao estudo do ordenamento social.

Em seguida, procede-se à apresentação formal dos mecanismos de dominação política, com especial enfoque para a fundamentação doutrinária do sistema político e para a questão da diferenciação orgânica dos modelos de exercício do poder, seus agentes e instituições (cap. Vili). Os inícios da era Contra-Reformista são depois

escalpelizados no interior da própria instituição eclesiástica. De forma breve, aborda-se a reforma dos bispados no século XVI, a dinâmica expansionista das ordens religiosas, a recepção das teses conciliares de Trento, a criação e o funcionamento inicial da Inquisição e, por fim, as reformas levadas a cabo pela Igreja no campo assistencial (Cap. IX). No terreno fértil da organização, jurisdição e hierarquia eclesiástica estamos convictos de que, descontados os constrangimentos de espaço inerentes a este tipo de exposição, se poderia ter ido mais longe.

A reflexão em torno da actividade cultural começa por privilegiar o tratamento dos instrumentos de comunicação, a língua e a escrita, e, só após o necessário inventário dos meios, agentes e instituições de cultura, envereda, ainda que de forma esquemática, pela análise do fluxo renovador trazido pelo humanismo cristão. De outras tendências culturais que despontam na mesma época, como o neo-escolasticismo e o humanismo católico, nada é dito. Contrastando com o estilo lacunar, quase diríamos telegráfico, impresso à análise das grandes disputas e questões culturais do tempo, já o estudo da imprensa, mormente, durante a fase incunabulástica, é desenvolvido com base em informação sólida e com recurso a pesquisas de primeira água (cap. X).

A vernaculidade e o pendor marcadamente eclético da produção artística nacional numa época de confronto de estilos, de aportações que suscitam mudanças na retórica decorativa que, cedo ou tarde, acabarão por forçar a actualização do gosto e conferir um sentido militante aos enunciados simbólicos dos programas estéticos, são aspectos que disciplinam, exemplarmente, o tratamento das matérias contidas no capítulo XI. A abordagem realizada, atenta à riqueza e funcionalidade das grandes criações, ultrapassa a mera descrição tópica dos mais conhecidos documentos e monumentos da arte portuguesa. Por outro lado, a par da arquitectura, escultura e pintura, merecem relevo as partes consagradas à música e às artes decorativas.

A abertura ao estudo do quotidiano tem também presença assegurada neste volume. O elenco das matérias exploradas é vasto: alimentação, vestuário, habitação, higiene, saúde, afecto, divertimentos, morte, bruxaria e superstições (cap. XII). É certo que a ambição de iluminar as várias facetas do viver comum das gentes portuguesas reflecte uma preocupação louvável por parte do coordenador da obra. No entanto, há que reconhecê-lo, a deficiente utilização que é feita de

algumas fontes disponíveis, a incapacidade de ajustar o inquérito a escalas de observação micro-analíticas, o desaproveitamento pontual de trabalhos imprescindíveis - por exemplo, a respeito dos ritos funerários e das concepções dominantes do além é incompreensível a ausência de citação a autores como Mário Martins, José Mattoso, Ângela Miranda Cardoso, Herminia Vasconcelos Vilar e Maria do Rosário Bastos -, e, *maxime*, a falta de um cabal entendimento antropológico do valor documental da vida quotidiana, empobrecem notoriamente as conclusões retiradas em várias secções deste capítulo. Como remate, a conjuntura, tomada na acepção restrita do fluir circunstancial da acção governativa, na linha de sucessão dos monarcas reinantes, é analisada com rigor e sem prolixidade (cap. XIII).

Numa obra concebida para conter o maior número de informação possível e pulverizada por contribuições de cunho desigual, o perigo de redundância, por mérito do seu coordenador, aparece bastante atenuado. De qualquer modo, é pena que, por exemplo, a reforma dos forais, tantas vezes a florada ao longo do texto, não tenha merecido uma reflexão mais aprofundada. Para tomar mais fácil e acessível a consulta a este extenso volume, o leitor dispõe também de dois bons índices, um analítico e outro de autores.

Mau grado um ou outro reparo apontado, o laborioso edifício de conhecimento que este trabalho colectivo condensa merece aplauso e consulta atenta. A sua arquitectura e algumas das suas traves mestras resultam da profícua coordenação e recorrente colaboração de João Alves Dias. Em suma, o inegável esforço de actualização empreendido pela maioria dos autores premeia bem o rigor, a seriedade e qualidade científica desta monumental e necessária síntese.

Ana Cristina Araújo

ISIS: An International Review Devoted to the History of Science and its Cultural Influences, Voi. 89,1998

Isis é uma das principais publicações a nível mundial no domínio da história da ciência, sendo mesmo para muitos especialistas o periódico internacional mais importante na referida área de estudos. Como se sabe, *Isis* é a revista científica da *History of Science Society*,